



Câmara Municipal de Cabo Frio

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ
CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: (22) 2640-0700 - Site: cabofrio.legislativomunicipal.com

REQUERIMENTO Nº 0123/2023

Em, 24 de maio de 2023

SOLICITA AO PODER EXECUTIVO INFORMAÇÕES ACERCA DA DESVINCULAÇÃO DO VALOR DE TRÊS MILHÕES DE REAIS DA ARRECADAÇÃO DA CIP - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - OCORRIDA NO ANO DE 2021.

Exmo(a) Sr(a) Presidente(a) da Câmara Municipal de Cabo Frio

O(a) Vereador(a) que este subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, requer à Douta Mesa, na forma regimental, o envio de expediente ao Exmº. Sr. Prefeito para solicitar informações acerca da desvinculação do valor de três milhões de reais da arrecadação da CIP - Contribuição de Iluminação Pública ocorrida no ano de 2021. Nesse sentido, as informações ora solicitadas são as seguintes:

1) Com base em que lei municipal foi autorizada a desvinculação do valor de R\$3.000.000,00 da receita da CIP, haja vista que se trata de tributo de arrecadação vinculada conforme dispõe o art. 149-A da Constituição Federal;

2) A desvinculação consta na Lei Orçamentária do ano em questão?

3) Quais os remanejamentos feitos no orçamento para absorver o referido excesso de arrecadação da CIP?

4) A receita de três milhões de reais foi utilizada para execução de quais despesas especificamente?

5) Enviar os comprovantes dessa utilização;

6) Essa desvinculação de receita também ocorreu no ano de 2022? Se sim, qual o valor e qual a destinação?

7) O governo está procedendo da mesma forma nesse ano de 2023?

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2023.

JOÃO ROBERTO DE JESUS DA SILVA
Vereador(a) - Autor(a)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, trata-se do direito fundamental a informação. Ademais, o Princípio da Especialização ou Princípio da Discriminação estabelece que as receitas e as despesas devem publicitadas de forma discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação. Enfim, tratam-se de premissas básicas de um estado democrático, de modo que negar acesso a tais informações é negar a democracia.

